



Junho/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

000000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Português

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Sobre a efemeridade das mídias

Um congresso recente, em Veneza, dedicou-se à questão da efemeridade dos suportes de informação, desde a tábuca de argila, o papiro e o pergaminho até o livro impresso e os atuais meios eletrônicos. O livro impresso, até agora, demonstrou que sobrevive bem por 500 anos, mas só quando se trata de livros feitos de papel de trapos. A partir de meados do século XIX, passou-se ao papel de polpa de madeira, e parece que este tem uma vida máxima de 70 anos (com efeito, basta consultar jornais ou livros dos anos de 1940 para ver como muitos se desfazem ao ser folheados). Há muito tempo se realizam estudos para salvar todos os livros que abarrotam nossas bibliotecas; uma das soluções mais adotadas é escanear todas as páginas e passá-las para um suporte eletrônico.

Mas aqui surge outro problema: todos os suportes para a transmissão e a conservação de informações, da foto ao filme, do disco à memória do computador, são mais perecíveis que o livro. As velhas fitas cassetes, com pouco tempo de uso se enrolavam todas, e saíam mascadas; as fitas de vídeo perdem as cores e a definição com facilidade. Tivemos tempo suficiente para ver quanto podia durar um disco de vinil sem ficar riscado demais, mas não para verificar quanto dura um CD-ROM, que, saudado como a invenção que substituiria o livro, ameaça sair rapidamente do mercado, porque podemos acessar on line os mesmos conteúdos por um custo menor. Sabemos que todos os suportes mecânicos, elétricos ou eletrônicos são rapidamente perecíveis, ou não sabemos quanto duram e provavelmente nunca chegaremos a saber. Basta um pico de tensão, um raio no jardim para desmagnetizar uma memória. Se houvesse um apagão bastante longo, não poderíamos usar nenhuma memória eletrônica.

Os suportes modernos parecem criados mais para a difusão do que para a conservação das informações. É possível que, dentro de alguns séculos, a única forma de ler notícias sobre o passado continue sendo a consulta a um velho e bom livro. Não, não sou um conservador reacionário. Gravei em disco rígido portátil de 250 gigabytes as maiores obras primas da literatura universal. Mas estou feliz porque os livros continuam em minha biblioteca – uma garantia para quando os instrumentos eletrônicos entrarem em pane.

(Adaptado de Umberto Eco – UOL – Notícias – NYT/ 26/04/2009)

1. O autor nega que seja *um conservador reacionário* – negativa que pode ser justificada atentando-se para o segmento
 - (A) *os livros continuam em minha biblioteca.*
 - (B) *consulta a um velho e bom livro.*
 - (C) *Gravei em disco rígido portátil.*
 - (D) *mais para a difusão do que para a conservação das informações.*
 - (E) *única forma de ler notícias sobre o passado.*

2. É correto deduzir das afirmações do texto que
 - (A) os livros feitos de papel de trapo não resistem mais que cinco séculos.
 - (B) a confiabilidade de suportes simples pode superar a dos mais complexos.
 - (C) a limitação da mídia eletrônica revela-se na transmissão de informações.
 - (D) já houve tempo suficiente para se precisar a durabilidade do disco rígido.
 - (E) a obsolescência de todos os suportes de informação tem a mesma causa.

3. Analisando diferentes mídias, o autor tem sua atenção voltada, sobretudo, para
 - (A) a fidedignidade das informações que circulam em suportes eletrônicos.
 - (B) o grau de obsolescência dos livros antigos, mormente os centenários.
 - (C) a conservação dos livros, que se vem revelando cada vez mais precária.
 - (D) o conservadorismo de quem rejeita os suportes modernos de informação.
 - (E) a preservação das informações, quaisquer que sejam seus suportes.

4. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, afirma-se que vem sendo processada a cópia eletrônica de livros para preservar a massa de informações dos volumes que lotam nossas bibliotecas.
 - II. No segundo parágrafo, considera-se não apenas a efemeridade dos últimos suportes de mídia, mas também aspectos éticos envolvidos na transmissão de informações *on-line*.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor sugere que informações impressas em livro estão mais seguras do que as que se vêem processando em suportes mais avançados.

Está correto o que se afirma em

 - (A) I e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:
- (A) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se julgavam preservadas numa memória eletrônica.
- (B) Diferentemente do que ocorre com livros muito antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- (C) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem interpretar plenamente a nossa cultura.
- (D) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- (E) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.
-
6. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) A cada vez que surge um novo suporte de informações, ter-se-ia a impressão de que ele se revelasse o mais seguro e mais duradouro.
- (B) O autor nos lembra que as velhas fitas cassetes, com o uso constante, enrolavam-se e mascavam-se, o que logo as tinha tornado obsoletas.
- (C) Caso fosse outro o tema do congresso realizado em Veneza, o autor, amante dos livros, provavelmente não o havia tomado para comentar.
- (D) Terá sido uma surpresa para muita gente inteirar-se do fato de que, antigamente, livros se confeccionarão com papel feito de trapos.
- (E) Talvez a ninguém ocorresse, antes de ler esse texto, que a durabilidade dos velhos livros pudesse ser reconhecidamente superior à dos novos suportes.
-
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) O autor, um intelectual italiano que já não é jovem, pôde comprovar e comparar a qualidade e a durabilidade de diversos suportes de informação.
- (B) Umberto Eco, reconhecido ensaísta italiano, dedica-se com frequência à analisar temas modernos, de cujo estudo muito tem colaborado.
- (C) Muita gente ignora o fato revelado pelo autor, no qual se informa que já houve livros cuja fabricação se valia de um resistente papel de trapos.
- (D) Em Veneza realizou-se o congresso aonde se discutiu a questão de que a efemeridade dos suportes de informação revela-se bastante precária.
- (E) Ainda há muitos livros em sebos, feitos de papel de polpa de madeira, que provaram ter resistido há mais de cem anos de impressão.
-
8. Verifica-se correta transposição de uma para outra voz verbal no seguinte caso:
- (A) *Gravei (...) obras primas (3º parágrafo) = tinham sido gravadas obras primas.*
- (B) *os livros continuam em minha biblioteca (3º parágrafo) = os livros têm continuado em minha biblioteca.*
- (C) *podemos acessar os mesmos conteúdos = os mesmos conteúdos podem ser acessados.*
- (D) *dedicou-se à questão (1º parágrafo) = a ela foi dedicada.*
- (E) *se realizam estudos (1º parágrafo) = estudos sejam realizados.*
-
9. Na frase *Mas aqui surge outro problema*, o termo em destaque exerce a mesma função sintática que o termo sublinhado em:
- (A) *Sabemos que todos os suportes mecânicos, elétricos ou eletrônicos, são rapidamente perceíveis (...)*
- (B) *Não, não sou um conservador reacionário.*
- (C) *Tivemos tempo suficiente para ver quanto podia durar um disco de vinil (...)*
- (D) *(...) as fitas de vídeo perdem as cores e a definição com facilidade.*
- (E) *Um congresso recente, em Veneza, dedicou-se à questão da efemeridade dos suportes de informação (...)*
-
10. *Os suportes modernos parecem criados mais para a difusão do que para a conservação das informações.*
- Preserva-se o sentido essencial da frase acima nesta outra correta redação:
- (A) Embora criados para difundir e conservar as informações, os suportes modernos não revelam a mesma eficácia.
- (B) Difundir, mas não conservar, eis o que se conclui acerca dos suportes modernos, criados para vincular informações.
- (C) Criados os suportes modernos, revelaram-se mais produtivos quanto à difusão do que para conservar as informações.
- (D) É na difusão, e não na conservação das informações, que os suportes modernos revelam maior eficácia.
- (E) Uma vez que foram criados para difundir informações, os suportes modernos tem sua conservação muito menos eficaz.



Atenção: As questões de números 11 a 18 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Caipiradas

A gente que vive na cidade procurou sempre adotar modos de ser, pensar e agir que lhe pareciam os mais civilizados, os que permitem ver logo que uma pessoa está acostumada com o que é prescrito de maneira tirânica pelas modas – moda na roupa, na etiqueta, na escolha dos objetos, na comida, na dança, nos espetáculos, na gíria. A moda logo passa; por isso, a gente da cidade deve e pode mudar, trocar de objetos e costumes, estar em dia. Como consequência, se entra em contato com um grupo ou uma pessoa que não mudaram tanto assim; que usam roupa como a de dez anos atrás e respondem a um cumprimento com certa fórmula desusada; que não sabem qual é o cantor da moda nem o novo jeito de namorar; quando entra em contato com gente assim, o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer que é atrasada e portanto meio ridícula.

Diz, ou dizia; porque hoje a mudança é tão rápida que o termo está saindo das expressões de todo dia e serve mais para designar certas sobrevivências teimosas ou alteradas do passado: músicas caipiras, festas caipiras, danças caipiras, por exemplo. Que, aliás, na maioria das vezes, conhecemos não praticadas por caipiras, mas por gente que finge de caipira e usa a realidade do seu mundo como um produto comercial pitoresco.

Nem podia ser de outro modo, porque o mundo em geral está mudando depressa demais, e nada pode ficar parado. Hoje, creio que não se pode falar mais de criatividade cultural no universo do caipira, porque ele quase acabou. O que há é impulso adquirido, resto, repetição – ou paródia e imitação deformada, mais ou menos parecida. Há, registre-se, iniciativas culturais com o fito de fixar o que sobra de autêntico no mundo caipira. É o caso do disco *Caipira. Raízes e frutos, do selo Eldorado, gravado em 1980, que será altamente apreciado por quantos se interessarem por essa cultura tão especial, e já quase extinta.*

(Adaptado de Antonio Candido, Recortes)

11. No primeiro parágrafo, estabelece-se uma contraposição entre as expressões

- (A) *deve e pode mudar*, sublinhando os impulsos a que os caipiras têm que se render.
- (B) *é atrasada e meio ridícula*, acentuando a variabilidade que ocorre com as modas.
- (C) *mais civilizados e fórmula desusada*, identificando pontos de vista adotados pelos cidadãos.
- (D) *logo passa e estar em dia*, destacando parâmetros adotados pelos caipiras.
- (E) *de maneira tirânica e está acostumada*, enfatizando as críticas dos cidadãos aos modos caipiras.

12. Atentando-se para o 2º parágrafo, é correto afirmar que o segmento

- (A) *a realidade do seu mundo* está-se referindo ao universo do cidadão.
- (B) *Diz, ou dizia* sugere a velocidade com que um novo elemento da moda aprimora um anterior.
- (C) *certas sobrevivências teimosas ou alteradas* designa a precária permanência de costumes caipiras.
- (D) *o termo está saindo das expressões de todo dia* refere-se à moda que deixa de ser seguida.
- (E) *um produto comercial pitoresco* traduz a maneira pela qual o cidadão reconhece a moda que ele mesmo promove.

13. Ao afirmar que o *universo do caipira (...)* quase acabou, o autor emprega o termo *quase* em função

- (A) da autenticidade que o cidadão ainda reconhece nos costumes caipiras.
- (B) de remanescerem repetições e paródias que aludem ao mundo caipira.
- (C) de as mudanças do nosso tempo ocorrerem em alta velocidade.
- (D) de iniciativas culturais que reavivam e fortalecem os costumes caipiras.
- (E) da fermentação cultural que se propaga criativamente nesse universo.

14. Atente para as seguintes afirmações sobre o primeiro parágrafo:

- I. Com a expressão *o que é prescrito de maneira tirânica*, o autor está qualificando modos de ser, pensar e agir, com cuja imposição os cidadãos estão acostumados.
- II. A submissão dos cidadãos aos valores da moda é a causa de uma alternância de valores que reflete uma clara hesitação entre o que é velho e o que é novo.
- III. No último e longo período, a sequência de pontos-e-vírgulas destaca uma enumeração de traços que identificam um caipira aos olhos do cidadão.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.



15. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:

- (A) Os modos de ser com que se apropria a gente da cidade são os que lhes parecem mais civilizados.
- (B) Enfraquecida, a cultura caipira cujos valores tanta gente se encantou, cede lugar às modas citadinas, de que quase todos tomam como parâmetro.
- (C) A moda sempre existiu, sempre haverá quem a adote, assim como sempre haverá quem não lhe poupe o aspecto de superficialidade.
- (D) A moda, cujos os valores são sempre efêmeros, define as maneiras de vestir e pensar de que se comparam os citadinos.
- (E) Vive-se num tempo onde as mudanças são tão rápidas que fica difícil acompanhar-lhes em sua velocidade.

16. Considerando-se o contexto, constituem uma causa e seu efeito, nesta ordem, os segmentos destacados em:

- (A) (...) *conhecemos não praticadas por caipiras, // mas por gente que finge de caipira (...)*
- (B) (...) *que será altamente apreciado // por quantos se interessem por essa cultura tão especial (...)*
- (C) (...) *uma pessoa está acostumada // com o que é prescrito de maneira tirânica (...)*
- (D) *Nem podia ser de outro modo, // porque o mundo em geral está mudando depressa demais.*
- (E) (...) *hoje a mudança é tão rápida // que o termo está saindo das expressões de todo dia (...)*

17. Há, registre-se, iniciativas culturais com o fito de fixar o que sobra de autêntico no mundo caipira. (3º parágrafo)

Atente para as seguintes afirmações, referentes à frase acima:

- I. A expressão *com o fito de fixar* pode ser corretamente substituída por **cuja finalidade é conservar**.
- II. Com a expressão *iniciativas culturais*, o autor retoma o que já havia identificado como *impulso adquirido*, na frase anterior.
- III. O autor deveria ter-se valido da forma **registrem-se**, em vez de **registre-se**, para atender à concordância obrigatória com *iniciativas*.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) I.

18. Há justificativa para esta seguinte alteração de pontuação, proposta para o segmento final do primeiro parágrafo:

- (A) o cidadão diz que ela é caipira querendo dizer: que é atrasada, e portanto, meio ridícula.
- (B) o cidadão diz que ela é caipira querendo dizer que é atrasada; e portanto, meio ridícula.
- (C) o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer, que é atrasada, e, portanto, meio ridícula.
- (D) o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer que é atrasada e, portanto, meio ridícula.
- (E) o cidadão diz: que ela é caipira, querendo dizer: que é atrasada, e portanto meio ridícula.

Atenção: As questões de números 19 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A correspondência oficial não dispensa nem os protocolos de rigor que lhe são próprios, nem a máxima objetividade no tratamento do assunto em tela. Não cabendo o coloquialismo do tratamento na pessoa você, é preciso conhecer o emprego mais cerimonioso de Vossa Senhoria e Vossa Excelência, por exemplo, para os casos em que essas ou outras formas mais respeitadas se impõem. Quanto à disposição da matéria tratada, a redação deve ser clara e precisa, para que se evitem ambiguidades, incoerências e quebras sintáticas.

(Diógenes Moreyra, inédito)

19. Quanto ao emprego das formas de tratamento, está correta a seguinte construção:

- (A) Se preferires, adiaremos o simpósio para que não nos privemos de sua coordenação, Excelência, bem como das sugestões que certamente tereis a nos oferecer.
- (B) Sempre contaremos com os préstimos com que Vossa Senhoria nos tem honrado, razão pela qual, antecipadamente, deixamos-lhe aqui nosso profundo reconhecimento.
- (C) Vimos comunicar a Vossa Excelência que já se encontra à vossa disposição o relatório que nos incumbiste de providenciar há cerca de uma semana.
- (D) Diga a Vossa Senhoria que estamos à espera de suas providências, das quais não nos cabe tratar com seu adjunto – grande, embora, seja a consideração, meu caro senhor, que lhe dispensamos.
- (E) Esperamos que Vossa Senhoria sejas capaz de atender aos nossos reclamos, ao nosso ver justos e precisados de toda a vossa atenção.

20. A ocorrência de ambiguidade e falta de clareza faz necessária uma revisão da seguinte frase:

- (A) Causa-nos revolta, a todos, o pouco interesse que ele vem demonstrando na condução desse processo – razão pela qual há quem peça a demissão dele.
- (B) Conquanto ele nos haja dado uma resposta inconclusiva e protelado a decisão, há quem creia que nos satisfará o desfecho deste caso.
- (C) Inconformados com a resposta insatisfatória que nos deu, reiteramos o pedido para que ele não deixe de tomar as providências que o caso requer.
- (D) Ele deu uma resposta insatisfatória à providência que lhe solicitamos, em razão da qual será preciso insistir em que não venha a repeti-la.
- (E) Caso não sejam tomadas as providências cabíveis, seremos obrigados a comunicar à Direção o menos-cabo com que está sendo tratado este caso.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. No próximo ano haverá eleição para os cargos de Presidente da República, Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador de Estado, Vice-Governador de Estado e Deputado Estadual. Assim, Ahmed Abdel (brasileiro naturalizado, com 37 anos de idade); Yokama Yoshi (brasileiro naturalizado, com 30 anos de idade) e Tício Brutus (brasileiro nato, com 29 anos de idade) poderão além de outros cargos candidatar-se, respectivamente, a

- (A) Deputado Federal; Vice-Governador de Estado e Presidente da República.
- (B) Governador de Estado; Senador e Governador do Distrito Federal.
- (C) Presidente da República; Vice-Presidente da República e Vice-Governador.
- (D) Vice-Presidente da República; Senador e Governador.
- (E) Senador; Governador de Estado e Deputado Federal.

22. Assinale dentre as proposições abaixo a assertiva INCORRETA:

- (A) Declarada *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo pelo STF desfaz-se, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as consequências dele derivadas.
- (B) É cabível a realização de controle de constitucionalidade difuso ou concentrado em relação a normas elaboradas em desrespeito ao devido processo legislativo, por flagrante inconstitucionalidade formal.
- (C) A ação direta de inconstitucionalidade, no âmbito do controle concentrado e respeito à legalidade, constitui instrumento hábil para controlar a compatibilidade de atos normativos infralegais em relação à lei que se referem.
- (D) Na via de exceção, a pronúncia do Judiciário, sobre a inconstitucionalidade, não é feita enquanto manifestação sobre o objeto principal da lide, mas sim sobre questão prévia, indispensável ao julgamento do mérito.
- (E) No Brasil, o controle de constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário é misto, pois exercido tanto da forma concentrada, quanto da forma difusa.

23. Considere as assertivas abaixo:

- I. Classificam-se como analíticas as Constituições que prevêm somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado, organizando-o e limitando seu poder, por meio da estipulação de direitos e garantias fundamentais.
- II. Os chamados "remédios constitucionais" previstos no art. 5º, da C.F., constituem-se como normas de eficácia limitada, pois exigem normatividade processual que lhes desenvolva a aplicabilidade.
- III. A Constituição Federal de 1988, pode ser classificada como formal, escrita, legal, histórica, popular, sintética e semi-rígida.
- IV. Semiflexível é a constituição, na qual algumas regras poderão ser alteradas pelo processo legislativo ordinário.
- V. Em matéria de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, admite-se, para resguardar dos sentidos que eles podem ter por via de interpretação, o que for constitucionalmente legítimo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II, III e V.
- (D) I, II e III.
- (E) I, IV e V.

24. Em relação aos servidores públicos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os servidores estatutários estão sujeitos a regime estatutário e exercem cargos públicos.
- (B) Os militares têm vínculo estatutário e submetem-se a regime jurídico próprio.
- (C) Os cargos e empregos públicos, ressalvadas exceções legalmente previstas, são privativos de brasileiros natos ou naturalizados.
- (D) Os empregados públicos são contratados sob o regime da legislação trabalhista.
- (E) Os servidores temporários exercem função, sem vínculo a cargo ou emprego público.

25. Na esfera Federal, a fase externa do pregão presencial será iniciada com a convocação dos interessados e observará, dentre outras, às seguintes regras:

- (A) Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de maior preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- (B) Cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na internet na *homepage* do Tribunal de Contas da União.
- (C) Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação mesmo que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf.
- (D) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a 08 dias úteis.
- (E) O recebimento das propostas será feita em sessão fechada, no dia, hora e local designados.

26. São traços distintivos entre empresa pública e sociedade de economia mista:

- (A) forma jurídica; composição do capital e foro processual.
- (B) foro processual; forma de criação e objeto.
- (C) composição de capital; regime jurídico e forma de criação.
- (D) objeto; forma jurídica e regime jurídico.
- (E) regime jurídico; objeto e foro processual.



27. Em relação aos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- (A) utilizar, em obra ou serviço particular, o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por elas.
 - (B) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial.
 - (C) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial.
 - (D) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial.
 - (E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição delas.
28. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, no processo administrativo NÃO é dever do administrado perante a Administração:
- (A) não agir de modo temerário.
 - (B) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
 - (C) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
 - (D) expor os fatos conforme a verdade.
 - (E) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
29. Negócio jurídico efetuado por pessoa absolutamente incapaz, e sem a devida representação, espelhará ato
- (A) anulável por sua própria natureza.
 - (B) absolutamente nulo.
 - (C) nulo, caso haja suspeita de prejuízo para o interessado.
 - (D) anulável, caso envolva quantia relativamente elevada.
 - (E) nulo, caso não haja autorização judicial, com a expressa concordância do Ministério Público.
30. Pessoa que seja possuidora de duas residências regulares. O seu domicílio poderá ser
- (A) a localidade em que por último passou a residir.
 - (B) o local de sua propriedade em que começou a residir em primeiro lugar.
 - (C) qualquer das residências.
 - (D) o local onde estiver residindo há mais tempo.
 - (E) somente se o imóvel for de sua propriedade.
31. A respeito da interpretação de contratos, é certo dizer que
- (A) as cláusulas não podem ser revistas em hipótese alguma depois da assinatura do contrato por todos os contratantes, a não ser por determinação judicial em processo de conhecimento.
 - (B) as expressões com mais de um sentido não devem, em caso de dúvida, ser entendidas de maneira mais conforme à natureza e ao objeto do contrato só podendo ser modificadas em juízo.
 - (C) as cláusulas ambíguas não são interpretadas de acordo com o costume do lugar em que foram estipuladas.
 - (D) quando um contrato ou uma cláusula apresenta duplo sentido, deve-se interpretá-lo de maneira que possa gerar algum efeito, e não de modo que não produza nenhum.
 - (E) as cláusulas inscritas nas condições gerais do contrato, impressas ou formuladas por um dos contratantes, não são interpretadas, na dúvida, em favor do outro.
32. A respeito das partes no processo civil, é correto afirmar:
- (A) O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira, a receber a citação inicial para o processo de conhecimento.
 - (B) Nas ações ajuizadas contra Espólio, se o inventariante for herdeiro necessário, a sua citação não dispensa a dos demais herdeiros.
 - (C) Na constância da sociedade conjugal, o cônjuge está impedido de ajuizar qualquer tipo de demanda sem a autorização do outro.
 - (D) Verificando o juiz a irregularidade da representação das partes, deverá extinguir desde logo o processo, não podendo suspendê-lo, fixando prazo razoável para ser sanado o defeito.
 - (E) A sociedade sem personalidade jurídica não pode figurar no polo ativo ou passivo de demanda judicial pela inexistência de pessoa que tenha legitimidade para representá-la.
33. Partindo do pressuposto de que as pessoas jurídicas de direito privado respondem pelos atos culposos de seus órgãos diretores, conselheiros e administradores, para a apuração de responsabilidades,
- (A) os empregados e prepostos estão livres de responsabilidade, porque os órgãos diretores, conselheiros e administradores serão sempre responsáveis.
 - (B) não se admite a responsabilidade aquiliana da pessoa jurídica, mesmo que o ocorrido seja decorrente de ato praticado por intermédio de seus órgãos, representantes, empregados e prepostos.
 - (C) na área referente aos direitos do consumidor, a pessoa jurídica não responde de forma objetiva, dependendo previamente da apuração da culpa de seus empregados ou prepostos.
 - (D) subsiste sempre a responsabilidade solidária, e em tais circunstâncias a vítima poderá optar por acionar tanto a pessoa jurídica como os empregados ou prepostos.
 - (E) inexistente a responsabilidade solidária, e em tais circunstâncias a vítima não poderá acionar a pessoa jurídica ou os empregados ou prepostos.



34. No processo civil, NÃO admitido o recurso especial, caberá agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça, sendo que:
- (A) admitido o agravo pelo relator do acórdão, o agravado será intimado para oferecer resposta no prazo de 15 dias, podendo instruí-la com cópias das peças que entender conveniente.
 - (B) se o relator não admitir o agravo de instrumento, dessa decisão o agravante poderá interpor agravo, no prazo de 10 dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.
 - (C) o relator poderá conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial, se o acórdão estiver em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) a petição de agravo será dirigida ao Presidente do Tribunal competente para conhecimento do recurso, devendo ser regularmente preparado, com o pagamento das custas e despesas postais.
 - (E) a cópia do acórdão recorrido e a certidão da respectiva intimação são as únicas peças que, obrigatoriamente, devem formar o instrumento, ficando as demais a critério do agravante.
35. A respeito do processo cautelar no direito processual civil, considere:
- I. O juiz, a requerimento da parte, poderá decretar o sequestro dos frutos e rendimentos do imóvel reivindicando, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar.
 - II. Se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência do direito do autor e indeferir a medida, essa decisão não impedirá que a parte intente a ação principal.
 - III. Se, para a concessão liminar do arresto, ao juiz parecer indispensável a justificação prévia, designará dia e hora para inquirição das testemunhas e ordenará a citação da parte contrária para, querendo, contestar a medida e acompanhar a produção da prova.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) III.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.
36. O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo
- (A) Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
 - (B) Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
 - (C) Presidente da República, e terão mandato de três anos, vedada a recondução.
 - (D) Presidente da República, e terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
 - (E) Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de dois anos, vedada a recondução.
37. Diana é empregada de uma república de estudantes; Danilo é vigia da residência de João, presidente de uma empresa multinacional; Magali é governanta da residência de Mônica; e Marcio é jardineiro da casa de praia de Ana. Nestes casos,
- (A) apenas Magali é considerada empregada doméstica.
 - (B) apenas Marcio é considerado empregado doméstico.
 - (C) apenas Magali e Marcio são considerados empregados domésticos.
 - (D) apenas Diana, Magali e Marcio são considerados empregados domésticos.
 - (E) todos são considerados empregados domésticos.
38. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Os 15 primeiros dias de afastamento, inclusive o décimo quinto dia, por motivo de acidente do trabalho.
 - II. Marta encontra-se sem laborar porque não há serviço na empresa empregadora em razão da modificação do maquinário de seu setor.
 - III. Mario faltou ao serviço para realizar prova de exame de vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
 - IV. Núbia está afastada de seu emprego uma vez que é membro de órgão paritário da Previdência Social.
- São hipóteses de interrupção do contrato de trabalho as indicadas APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I, II e III.
39. Considere as seguintes assertivas a respeito do contrato de aprendizagem:
- I. No Contrato de aprendizagem o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica.
 - II. O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de três anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
 - III. É obrigatório empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a no mínimo dez por cento dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento.
 - IV. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e IV.



40. Moisés recebe gratificação por tempo de serviço outorgada por sua empregadora, a empresa H. Sentença normativa previu gratificação da mesma natureza. Neste caso, Moisés tem direito a receber
- (A) exclusivamente a que lhe seja mais benéfica.
 (B) 50% de cada gratificação em razão da existência de dispositivo legal expresso neste sentido.
 (C) exclusivamente a gratificação prevista em sentença normativa em razão da impositividade proveniente das sentenças.
 (D) as duas gratificações, uma vez que possuem fontes distintas.
 (E) exclusivamente a gratificação outorgada pela empregadora em razão da antiguidade existente.
41. Contra o despacho que não admitir o recurso de Embargos de decisão não unânime de julgamento que homologou conciliação em dissídio coletivo que excedeu a competência territorial do Tribunal Regional do Trabalho competente caberá
- (A) Agravo de instrumento no prazo de dez dias.
 (B) Agravo Regimental.
 (C) Recurso de Revista.
 (D) Agravo de Instrumento no prazo de oito dias.
 (E) Agravo de Petição.
42. Em relação às Convenções Coletivas de Trabalho, é certo que
- (A) segundo a CLT é facultado as Convenções Coletivas de Trabalho conter penalidades para os sindicatos convenientes em caso de violação de seus dispositivos.
 (B) o prazo máximo de vigência da norma coletiva é de três anos, havendo expressa determinação legal neste sentido.
 (C) para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho é necessário o comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 dos associados da entidade em Assembléia especialmente convocada para esse fim.
 (D) as partes convenientes poderão revogar parcialmente, a convenção antes do termo final estipulado, independentemente de autorizadas por Assembléia.
 (E) as Convenções Coletivas de Trabalho não poderão ser revistas antes do prazo pré-estipulado, podendo apenas ocorrer revogação parcial.
43. Considere as seguintes assertivas a respeito do repouso semanal remunerado:
- I. De acordo com a jurisprudência sumulada do TST, é devida a remuneração do repouso semanal dos dias feriados ao empregado comissionista, exceto se pracista.
 II. Computam-se no cálculo do repouso semanal remunerado as horas extras habitualmente prestadas.
 III. Os empregados que recebem um salário fixo mensal já têm incluído nesse valor a remuneração do repouso semanal.
 IV. O adicional de periculosidade não incide no cálculo do repouso semanal remunerado.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 (B) III e IV.
 (C) II, III e IV.
 (D) I, II e III.
 (E) II e IV.
44. Considere as seguintes situações:
- I. Contratação de empregados por autarquia federal sem prévio Concurso Público.
 II. Greve no serviço de saúde com o não atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
 III. Dispensa coletiva de trabalhadores durante uma greve, como forma de retaliação.
 IV. Atraso ou sonegação de salário dos empregados de determinada empresa.
- Trata-se de situação concreta da existência de **interesses e direitos difusos** a serem tutelados pelo Ministério Público do Trabalho por meio da competente Ação Civil Pública as indicadas APENAS em
- (A) III e IV.
 (B) I.
 (C) I, II e III.
 (D) I e II.
 (E) II, III e IV.
45. Com relação à ação rescisória trabalhista, é correto afirmar:
- (A) O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao pólo passivo da demanda e facultativo em relação ao pólo ativo da demanda.
 (B) O direito de propor ação rescisória extingue em três anos, contados do trânsito em julgado da decisão.
 (C) É plenamente cabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação.
 (D) Na ação rescisória o que se ataca é a sentença, ato oficial do Estado, assim, a revelia produz confissão.
 (E) Em se tratando de rescisória de rescisória, admite-se a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior.
46. Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença,
- (A) não caberá Recurso de Revista em nenhuma hipótese, por expressa vedação legal.
 (B) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de divergência jurisprudencial comprovada documentalmente.
 (C) caberá, em qualquer hipótese, Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de oito dias.
 (D) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
 (E) caberá, em qualquer hipótese, Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de quinze dias.
47. No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até
- (A) a data da primeira decisão que determinou essa conversão.
 (B) a data do ajuizamento da reclamação trabalhista.
 (C) a data em que a estabilidade acabaria.
 (D) o trânsito em julgado da decisão que determinou essa conversão.
 (E) a data da dispensa arbitrária.



48. Considere as seguintes assertivas a respeito do mandado de segurança no âmbito do processo do trabalho:

- I. Caberá mandado de segurança da decisão que cerceia direito de defesa da parte.
- II. Não cabe mandado de segurança de decisão transitada em julgado.
- III. Caberá mandado de segurança em face do deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.
- IV. Fere direito líquido e certo a concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de norma coletiva.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.

49. A ação trabalhista

- (A) interrompe a prescrição em relação a todos os pedidos e causa de pedir, exceto se arquivada.
- (B) interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, ainda que arquivada.
- (C) não interrompe a prescrição, havendo apenas a sua suspensão enquanto ocorre o trâmite da respectiva ação.
- (D) interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, exceto se arquivada.
- (E) interrompe a prescrição em relação a todos os pedidos e causa de pedir, ainda que arquivada.

50. Por ter sido invalidada sua demissão, por uma decisão administrativa, Celso foi reintegrado no cargo anteriormente ocupado, ou seja, de analista judiciário (área judiciária). Porém, o cargo se encontra ocupado por Antonio, analista judiciário (área de execução de mandados). Nesse caso, Antonio será

- (A) transferido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou nomeado para outro cargo, ou, ainda, reconduzido para um cargo vago.
- (B) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (C) nomeado para o cargo assemelhado, com direito à indenização ou reconduzido ao cargo de origem, ou, ainda, aproveitado em outro cargo.
- (D) aproveitado em cargo assemelhado, sem direito a indenização ou transferido ao cargo de origem, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (E) revertido ao cargo de origem, com direito à indenização ou posto em disponibilidade, ou ainda, nomeado para um cargo vago.